

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Legado Temer	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Com chance de vitória, Zema ameniza ruptura com política e revê privatizações	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Autor: Renata Agostini / RIO	3
Título: Receita extraordinária pode atrasar	3
Título: Equipe de Bolsonaro conta com receita 'extra' para fechar as contas em 2019	4

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Legado Temer**

Com o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), que fez correções, **o ministro Moreira Franco** publica, na próxima semana, o edital que trata da privatização da Ferrovia Norte-Sul. O documento tem prazo de cem dias, portanto, o leilão mesmo será no próximo governo. O trecho a ser licitado tem 1.537 quilômetros de extensão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 28/10/2018****Seção: Poder****Autor: Carolina Linhares****Título: Com chance de vitória, Zema ameniza ruptura com política e revê privatizações**

Belo Horizonte- Diante da perspectiva de sair vencedor na eleição para o Governo de Minas Gerais, o empresário Romeu Zema (Novo) vem amenizando ou até abandonando propostas que defendia, como a privatização das estatais mineiras.

Em pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (27), ele aparece com 70% dos votos válidos contra 30% de Antonio Anastasia (PSDB), senador e ex-governador. No primeiro turno, o empresário chegou a 43%, e o tucano teve 29%.

Sem a presença do PT no segundo turno, já que o governador Fernando Pimentel (PT) terminou em terceiro, a campanha se desnacionalizou. O embate pautado pelo impeachment e pela prisão de Lula (PT) passou a resumir-se a um confronto entre experiência e novidade.

Disputando a primeira eleição, Zema diz que nunca se envolveu com política, embora a Folha tenha revelado que ele, seu irmão e seu pai se filiaram ao PR em 1999, ao qual se manteve ligado até janeiro deste ano, quando passou para o Novo. Ele diz que nem se lembrava da filiação anterior, feita a pedido de um amigo.

Zema era praticamente desconhecido até o debate da Rede Globo, no dia 2 de outubro, único para o qual foi convidado. Na ocasião, após defender o voto em

Jair Bolsonaro (PSL), saiu de 9% de intenção de votos para vencer em primeiro turno.

O empresário de Araxá (MG), dono de uma rede de 800 pontos de venda em dez estados que vai do varejo de eletrodomésticos à distribuição de combustíveis, com 5.300 empregados, defende o fim das "mordomias dos mesmos políticos de sempre".

A Procuradoria Regional Eleitoral de Minas investiga se houve abuso de poder econômico ao usar lojas e funcionários para pedir votos. A Justiça determinou a retirada de bonecos de tamanho real de Zema das lojas e de imagens do empresário nos caminhões da rede. A campanha nega irregularidades.

O Novo trouxe propostas de apelo popular como acabar com a corrupção, não negociar cargos, não se aliar a outros partidos, montar um secretariado técnico e não usar dinheiro público para financiar a campanha.

Zema encarnou o rechaço à classe política, representando uma ruptura com as gestões PSDB e PT que governaram Minas desde 2003. Hoje o estado estima um déficit orçamentário de R\$11,4 bilhões e atrasa salários de servidores e repasses às prefeituras.

Ao passar para o segundo turno, porém, Zema intensificou o contato institucional com entidades religiosas, militares, sindicatos de servidores, prefeitos, Judiciário e admitiu rever propostas.

O caso mais emblemático foi a privatização de estatais, como Cemig (energia) e Copasa (saneamento). Zema passou a dizer que as empresas estão desvalorizadas e não vale a pena vendê-las neste momento, somente após "arrumar a casa".

O candidato do Novo justifica que o plano é dinâmico. "Vendo, discutindo e escutando as pessoas, vi que dava para melhorar muito o plano de governo", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini / RIO

Título: Receita extraordinária pode atrasar

Recursos com os quais candidato do PSL conta têm prazo incerto para entrar nos cofres públicos porque dependem de trâmites legais

As receitas extraordinárias que os assessores econômicos de Jair Bolsonaro (PSL) mapearam para remendar as contas públicas em 2019 têm prazo incerto para entrar no caixa do governo. Negociações e trâmites legais para colocar de pé leilões públicos podem atrasar. Há ainda a possibilidade de entraves impostos por órgãos de controle.

A equipe de Michel Temer ambicionou as receitas do leilão das áreas excedentes da cessão onerosa do pré-sal, mas não conseguiu. Esbarrou na dificuldade de chegar a um acordo de preço com a Petrobrás e na demora em esclarecer pontos para o Tribunal de Contas da União (TCU). O mesmo ocorreu com as concessões de infraestrutura. Temer obteve êxito em apenas uma pequena parte do pacote planejado. No caso do leilão do 5G, pode não haver tempo de o dinheiro chegar ainda em 2019.

“É difícil, porque há muitas etapas a serem cumpridas. O leilão deve ficar para o fim do ano. E, nesse caso, a receita só entraria em 2020”, diz Eduardo Tude, da consultoria Teleco. Para Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre/FGV, diante da gravidade da crise fiscal, seria natural valer-se do aumento de receitas – sejam elas de fontes extraordinárias ou de impostos temporários. “Reverter o déficit em um ano é muito difícil.

O perigo é usar a receita extraordinária e o Congresso não fazer a parte dele.” Paulo Guedes costuma listar como prioridades para um primeiro ano de governo PSL encaminhar uma proposta de reforma da Previdência, eliminar desonerações, iniciar um amplo programa de privatizações e forçar bancos públicos a devolver recursos ao Tesouro.

Nessa lista, há ainda ações como o fim do abono salarial, que renderia cerca de R\$ 20 bilhões. As medidas são citadas em conjunto por Guedes ao falar do ajuste, mas nem todas têm efeito sobre o primário.

O dinheiro levantado com privatizações e remetido por bancos estatais reduz a dívida pública, mas não influencia no resultado primário – esse que a equipe de Bolsonaro promete tirar do vermelho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini / RIO

Título: Equipe de Bolsonaro conta com receita ‘extra’ para fechar as contas em 2019

Ajuste fiscal. Avaliação é de que reformas só darão alívio aos cofres públicos no segundo e terceiro anos de governo; por isso, time do candidato do PSL aposta

em recursos incertos de leilões e concessões de infraestrutura para zerar o déficit público no ano que vem

Para cumprir a promessa de zerar o déficit público já no ano que vem, o grupo capitaneado por Paulo Guedes, coordenador do programa econômico de Jair Bolsonaro (PSL), que lidera as pesquisas eleitorais, admite em conversas reservadas que precisará de receitas extraordinárias para reforçar o caixa do governo em 2019.

Na mira do economista estão recursos a serem levantados com o megaleilão do pré-sal, com concessões de infraestrutura que já estejam bem encaminhadas pelo governo Temer e com leilão de faixas para a tecnologia 5G, por exemplo.

De forma geral, na visão de Guedes, as reformas que vão permitir economia aos cofres públicos começarão a dar resultado em 2020, mas só se tornarão palpáveis a partir do terceiro ano de governo. Até lá, e em especial no ano que vem, essas “receitas não recorrentes” (recursos que entram no caixa de maneira extraordinária, como no caso de um leilão) serão decisivas, segundo relataram ao Estado integrantes do time bolsonarista e investidores com os quais Guedes se reuniu na campanha.

Para 2019, a estimativa é que o déficit nas contas seja de até R\$ 139 bilhões. Um ajuste desse tamanho somente pelo lado das despesas é visto como inviável por analistas, considerando as amarras do Orçamento. Pelo lado das receitas, Guedes sempre descartou criar novos impostos para cobrir esse rombo – o que, se implementado, elevaria as receitas correntes.

O programa de Bolsonaro registrado no TSE fala, na verdade, em “gradativa redução” da carga tributária. Nos cálculos de Guedes, uma parcela dessa conta será coberta pelo fim de parte das desonerações tributárias. Seu time trabalha com cenário de reverter, num primeiro momento, um quinto da renúncia atual, o que renderia cerca de R\$ 60 bilhões.

Olhando para os gastos, no curto prazo, o grupo sabe que não conseguirá cortes expressivos na folha de pagamentos do governo federal. O plano é congelar o salário de servidores. Outras ações emergenciais, como bloquear repasses a áreas vistas como não essenciais, como Cultura, estão no horizonte, mas os técnicos entendem que são medidas com alcance limitado. Por isso, a chegada de receitas extraordinárias é crucial.

A maior contribuição, espera Guedes, virá do megaleilão de pré-sal, em que são oferecidos os excedentes da chamada cessão onerosa. A estimativa é de arrecadação entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões.

Concessões de exploração de novas áreas do pré-sal já previstas pela ANP serão mantidas e a ideia é colocar na rua, já nos primeiros cem dias do governo, um pacote de concessões de infraestrutura, contendo projetos já maduros e bem estudados pela equipe de Temer. O grupo está de olho ainda no leilão de faixas que serão usadas pelas operadoras de celular para lançamento do 5G no Brasil.

MME / ASCOM .